

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2014/CTPOAR/CNRH/MMA

Assunto: Encaminha proposta de Resolução CNRH, que *dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações que independem de outorga.*

1. Histórico

1.1. Este documento apresenta a contextualização, análise e parecer conclusivo da proposta de Resolução CNRH, elaborada no âmbito da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que pretende estabelecer diretrizes gerais e critérios para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações que independem de outorga.

1.2. O tema entrou em pauta na 87ª Reunião da CTPOAR, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011, onde houve uma discussão sobre a estrutura da proposta de resolução para usos insignificantes.

1.3. A partir da 88ª Reunião, realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a discussão sobre a proposta de Resolução de usos insignificantes, inclusive com apresentações sobre o tema. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução em sua 97ª Reunião, ocorrida em 9 e 10 de dezembro de 2013.

2. Análise

2.1. Entre os considerandos da proposta de Resolução, destaca-se que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 12, § 1º, prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.2. Ainda de acordo com essa Lei, em seu art. 38, inciso V, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos os usos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com o domínio destes.

2.3. De forma a contemplar situações de bacias hidrográficas nas quais não existem comitês ou ainda não há definição dos usos de pouca expressão por parte destes, foi considerado que critérios específicos de vazões ou acumulações de água consideradas insignificantes poderão ser estabelecidos pela autoridade outorgante, conforme disposto na Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, em seu art. 5º, parágrafo único.

2.4. Destaca-se ainda que a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, deve ser considerada para definição de acumulações relativas a barragens que independem de outorga.

2.5. O art. 1º da proposta de Resolução trata do objetivo desta, que é estabelecer diretrizes e critérios gerais para definição de usos de recursos hídricos (captações, derivações, lançamentos de efluentes e acumulações de água) de pouca expressão, os quais são considerados insignificantes e independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

2.6. Ainda o parágrafo único do art. 1º define que a autoridade outorgante deverá emitir declaração de regularidade de usos da água, que produzirá os mesmos efeitos jurídicos da outorga de direito de uso de recursos hídricos, propiciando, dessa forma, benefícios legais para os usuários de recursos hídricos contemplados. Estes estarão, contudo, sujeitos às normas de fiscalização dos usos dos recursos hídricos, assim como as penalidades correspondentes, em caso de seu descumprimento, conforme definido no art. 9º da proposta de Resolução.

2.7. O art. 2º e seu parágrafo único tratam da competência para definição dos critérios específicos de usos insignificantes, de acordo com os considerandos da proposta de Resolução, com destaque para o caráter de provisoriedade quando da definição desses critérios pelas autoridades outorgantes, na ausência de propostas de comitês de bacia hidrográfica.

2.8. O art. 3º estabelece a obrigatoriedade da observância das características hidrológicas, para corpos hídricos superficiais, e hidrogeológicas, para corpos hídricos subterrâneos, para o estabelecimento de critérios específicos de usos insignificantes, evitando, dessa maneira, que aquíferos, bacias ou regiões hidrográficas com características hídricas muito distintas tenham os mesmos critérios estabelecidos.

2.9. O art. 4º estabelece a possibilidade do ente competente definir como critério específico de uso insignificante um percentual da referência volumétrica, para porção de aquífero, ou um percentual da vazão de referência, para corpos hídricos superficiais, como limite individual de uso de recursos hídricos de pouca expressão. Poderá ser ainda definido um limite percentual coletivo de comprometimento do corpo hídrico para aplicação dos critérios específicos de usos insignificantes.

2.10. O art. 5º contempla a possibilidade de usos considerados insignificantes poderem se tornar passíveis de outorga de direito de uso de recursos hídricos no caso de ocorrerem em bacias hidrográficas, corpos hídricos superficiais ou subterrâneos, trechos ou porções deles considerados críticos. Está em análise na CTPOAR/CNRH proposta de Resolução que estabelece diretrizes e procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos em bacias e corpos hídricos críticos em termos de comprometimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

2.11. Os art. 6º e 7º tratam da definição de usos insignificantes para casos específicos de usos de recursos hídricos, como aqueles com a finalidade de atendimento a situações emergenciais de interesse público, que deverão ser considerados usos que independem de outorga, e aqueles de curta duração, que poderão ser considerados como usos que independem de outorga.

2.12. A proposta de Resolução estabelece, por fim, que os usos insignificantes deverão ser cadastrados junto à autoridade outorgante e que o cadastro dos usos de recursos hídricos, bem como sua validação, é condição necessária para a emissão da declaração de regularidade de usos da água que independem de outorga.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

3. Conclusão

3.1. A aprovação e publicação de Resolução por parte do CNRH estabelecendo diretrizes gerais e critérios para definição de derivações, captações, lançamentos de efluentes e acumulações que independem de outorga trará benefícios para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, com a desburocratização da regularização de usuários de recursos hídricos que independem de outorga sem perda da eficiência técnica e consequente aumento da eficiência da análise dos processos de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

3.2. Feitos esses esclarecimentos, a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR julga adequada e importante a aprovação da proposta de Resolução.

Este é o parecer.

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

ELLEN KENIA K. PANTOJA

Presidente da CTPOAR